



EMIGRAÇÃO: UM DOS MAIORES PROBLEMAS

SOEIRO SARMENTO

Este breve apontamento sobre a emigração, resultado de uma vivência de vários anos no seio da comunidade portuguesa em França, tem apenas como objectivo contribuir para uma reflexão sobre o êxodo de trabalhadores e famílias para o estrangeiro, consequência da actual realidade político-social do País.

Fenómeno de ontem (em 1888 a emigração no Brasil era de 131 000 pessoas), de hoje (cerca de um milhão de emigrantes em França), que tem forçosamente repercussões para o amanhã do País.

A sua análise, numa perspectiva de acção política, parece-nos enquadrar-se nas necessidades urgentes de esclarecimento dos cidadãos, a quem a emigração tem sido dada pelos porta-vozes dos que beneficiam com ela, como uma constante do temperamento lusitano: «o gosto da aventura!»

Desmistificar este «falso-argumento», surge-nos como uma imediata tarefa da oposição democrática, até porque isso permite abordar o conjunto da política económico-social do Governo.

Esta breve intervenção, mais em estilo jornalístico do que de tese, pretende apenas participar nessa tarefa.

OS BENEFICIÁRIOS

O país exportador

Há sobretudo duas correntes na emigração portuguesa em França: emigração económica composta por trabalhadores na sua maioria de origem camponesa, emigração política composta por jovens que emigraram entre os 18 e 23 anos (29 por cento das entradas em França em 1969).

Esta realidade é, no entanto, consequência de uma mesma causa, a situação político-social do País.

Com efeito, as suas causas estão na incapacidade de desenvolvimento económico e no retrógrado sistema social em vigor.

Procurando na solução individual de emigrar a resposta às condições de vida precárias e à insegurança quanto ao futuro que esses homens e mulheres não dominam; jovens e menos jovens, aceitam o risco de uma «aventura» forçada, quer como meio de procurar um equilíbrio material e um «pé-de-meia» para a velhice, quer como refúgio frente ao mundo fechado e de ignorância que o poder impõe, como salvaguarda da sua própria sobrevivência.

Uns e outros, vão desbaratar a sua capacidade de trabalho no estrangeiro, sofrer a humilhação reservada aos «brancos pobres» numa Europa, dita desenvolvida, de «brancos ricos».

Resolve-se assim para o país exportador o problema do desemprego, da miséria, das condições de existência que o mundo civilizado diz ignorar e que poderiam ser o fermento de consciencialização e mesmo de organização das camadas mais desfavorecidas. Na realidade, a partida de um elevado número de jovens não tem sido decisiva e, em certa medida, dado que eram esses jovens que estariam prontos a aderir a uma vanguarda, a sua fuga resolve também o risco — para o Governo — de eventuais mobilizações políticas. Até porque é sabido quanto é reduzida a mobilização dessas forças juvenis no estrangeiro.

Por outro lado, a entrada de divisas, quase o triplo das receitas do turismo, graças ao dinheiro dos emigrantes, são reconfortantes para a economia do regime. O direito das prestações familiares, negociado nos acordos bilaterais, são outro elemento com que o tesouro do Estado se enriquece.

Assim, o fenómeno migratório é útil como tubo de escape às possíveis pressões sociais e como fonte de divisas para os cofres do Estado.

O país importador

O país importador não é menos favorecido com a entrada de mão-de-obra. Os conflitos que surgem entre a população desfavorecida indígena e a entrada de emigrantes são menores, comparados com os lucros que o patronato e os poderes públicos auferem desta mão-de-obra.

O emigrante quando chega está apto a trabalhar. Nada custou para o seu crescimento, nem para a sua formação. Pronto para a produção, o emigrante vai imediatamente contribuir para o desenvolvimento económico do país de acolhimento, permitindo uma maior qualificação profissional para os trabalhadores nacionais; ocupando os postos onde o espera um trabalho mais duro, que dá origem a frequentes acidentes, poupando assim os nacionais; e evitando as despesas de investimento em equipamento moderno, dado que é mais rendoso empregar trabalhadores estrangeiros do que equipar os diversos ramos de actividade profissional.

Através de um preciso e complexo sistema de controle, o emigrante é permanentemente submetido às mais variadas pressões, sendo utilizado como um «fura-greves», jogado contra as reivindicações dos outros trabalhadores, um meio de «alívio das pressões sociais», com afirmava Georges Pompidou, quando era primeiro-ministro.

Ignorando frequentemente os seus direitos sociais, o emigrante permite também uma grande economia a organismos como a Segurança Social ou a Caixa dos Abonos de Família. Incapaz de se defender ou de preencher um formulário, as Caixas de Reforma ou de Desemprego limitam-se a receber as quotizações dos emigrantes, que só raramente exigem a integralidade dos seus direitos.

Esta mão-de-obra tem a vantagem de ser dócil, barata mas também móbil. Em especial na construção civil e trabalhos públicos, a sua mobilidade é essencial. Após a construção da cidade olímpica de Grenoble, nenhum dos 4000 emigrantes que ali trabalhavam se inscreveu nos serviços de desemprego, enquanto não encontravam outro trabalho e que lhes permitia receber uma indemnização diária. Tinham partido para outras terras onde havia emprego imediato.

A «mercadoria»

Desta forma, o trabalhador emigrante é considerado como uma mercadoria rendosa para o seu próprio país e para o país de acolhimento. Num e noutro caso são os detentores do poder político e económico que beneficiam.

Neste contexto, o expatriamento de milhares de homens e de mulheres, feito na ânsia de uma segurança material, é pouco rendoso para o emigrante.

Diversos estudos económicos têm mostrado que os fracos investimentos do dinheiro do emigrante são raramente proveitosos para ele. Construir uma casa, comprar uma parcela de terreno ao grande proprietário local que a tinha a monte (e que muitas vezes continua improdutivo, apenas mudou de proprietário), são os investimentos imediatos; além do pagamento das dívidas, que os preocupam nos primeiros anos de instalação no estrangeiro.

Aquando do movimento de Maio/1968, muitos emigrantes regressaram ao país, para voltarem a emigrar nos anos de 70 e 71. Com efeito, verificaram na prática que os efémeros resultados da vida de emigrante não são de molde a resolver as suas dificuldades primeiras que os levaram a partir, tanto que as estruturas que os recebe de novo não forem alteradas.

As consequências de inúmeros acidentes de trabalho, a invalidez e impossibilidade de trabalhar no estrangeiro ou em Portugal, a modesta pensão que lhes é atribuída, é outro factor negativo da emi-

gração, não só para o país, mas sobretudo para o próprio emigrante em especial quando o sistema social do país de origem está repleto de carências como o nosso.

O EMIGRANTE NO MUNDO DO TRABALHO

É, pois, nos sectores ditos de base, que a mão-de-obra emigrada é utilizada. Como serventes ou operários especializados, o emigrante serve de cobaia para os aumentos de produção, para a aceleração das cadências, para a construção de arranha-céus em tempo «record».

A sua pouca mobilização sindical, a sua pouca consciência de classe permite ao patronato a divisão da classe operária, criando blocos que por vezes correspondem à categoria profissional ou à nacionalidade.

Tal fábrica tinha secções de operários qualificados onde só admite operários franceses e outras de operários especializados onde nenhum francês é aceite. Os conflitos entre as diversas secções são por vezes o único elemento mobilizador da combatividade desses operários.

Um grande empreiteiro emprega nas suas diversas obras 90 por cento de estrangeiros. Um grupo de portugueses trabalhará sob as ordens de um argelino e noutro «chantier» será um português a dirigir a equipa de trabalhadores norte-africanos.

Da mesma forma que a «Citroën» ou a «Renault» fizeram diversas experiências, colocando numa cadeia de produção em série um português, um marroquino, um jugoslavo, um senegalês, um espanhol, um argelino, etc... as possibilidades de diálogo são desta forma vedadas!

Um português raramente será o varredor, se na mesma secção houver um trabalhador da África Negra. A hierarquia do racismo também existe, e o português é «branco, europeu, católico», a única diferença com os nacionais é o facto de ser «um branco pobre».

A técnica de exploração do emigrante é a consequência de um estudo, do qual não escapam as diferenças entre culturas, nacionalidades e costumes.

Em França, as novas medidas selectivas adoptadas desde Outubro passado, têm-se caracterizado, a nível do trabalho, pela imposição do mesmo ofício, impedindo o emigrante de aceder a outra profissão, em consequência da legislação restritiva das profissões «abertas» aos trabalhadores estrangeiros.

Impedir a promoção profissional é no interesse do próprio patronato. Um industrial da região parisiense declarava numa entrevista que «o recurso à mão-de-obra estrangeira, representava uma economia de 20 a 25 por cento sobre os salários» (filme «Etranges Etrangers»).

Com efeito, a presença desta mão-de-obra permite uma taxa de exploração mais elevada, que o próprio patronato não esconde, dando

lugar a um desenvolvimento das forças produtivas e a um crescimento da riqueza social, tendo por consequência o aumento da circulação do capital.

O ALOJAMENTO DOS TRABALHADORES

Tornou-se assunto corrente a descrição das condições de alojamento dos emigrantes em França. São os bairros de lata, os sótãos, as barracas, as casas em mau estado.

Mas as múltiplas descrições têm caído, frequentemente, em textos lamurientos, em miserabilismos que nos parece devermos evitar. Na realidade trata-se das condições de alojamento da população operária, indistintamente da sua nacionalidade.

Sem dúvida, que o emigrante é duplamente vítima dessa situação, mas o problema do alojamento é uma questão de estrutura social, onde sabemos que o alojamento a que o trabalhador tem acesso, é o mínimo indispensável para se poder mover.

Aliás, o problema não é novo. Em 1845, em Manchester, Engels escrevia: «...e um tal bairro existe no coração da segunda cidade da Inglaterra, da primeira cidade industrial do mundo. Se se quer ver de que espaço reduzido o homem tem necessidade para se mover, a quantidade de ar — e que ar — que lhe é necessário para respirar, a que grau inferior de civilização pode subsistir, venham a estes lugares» (in *A situação da classe laboriosa na Inglaterra*, tradução das Ed. Sociales).

«Em 1970, em St.-Ouen (arredores de Paris), um pavilhão de um andar que em nada se distingue dos outros, vistos da rua. A cave e o sótão foram “arranjados”. No sótão, uma família (portuguesa). Chega-se lá através de uma escada de ferro. A sala de jantar-cozinha-quarto de dormir, está quente, mas só se pode estar em pé em frente da porta, por causa da inclinação do telhado. O “quarto” com uma humidade doentia, é quase totalmente ocupado pela cama dos pais. Encostada à parede, na parte mais baixa, as camas de cinco filhos» (in *Le Monde*, de 7-1-1970, por Michèle Andréani). Tal como Engels tinha visto 125 anos antes, «...num destes buracos, que media apenas seis pés de comprimento por cinco de largo (1,80×1,50 m), vi duas camas — e que camas e que roupas — que, com uma escada e um fogão, enchiam a divisão.»

O alojamento dos emigrados não deve nem pode ser dissociado dos restantes trabalhadores. É certo que, para mascarar o carácter escandaloso da sua situação, os poderes públicos criam «cités» destinadas a enquadrar esta população e procuram construir «foyers» (lares), destinados aos «homens sozinhos», que são na sua quase generalidade dirigidos por ex-militares, que fizeram as campanhas da Indochina e da Argélia. Aliás, tudo está feito, neste campo, na pers-

pectiva de enquadramento, posta em prática durante a guerra da Argélia, com vista a vigiar os trabalhadores argelinos (nessa época de nacionalidade francesa), que trabalhavam em França.

O problema do alojamento social para os emigrantes em França é o problema da inexistência de política social de urbanismo para o conjunto dos trabalhadores. Aliás, são significativas as campanhas que existem de incitamento ao «acesso à propriedade» (créditos de 20 a 30 anos) que, evidentemente, não tocam os emigrantes, mas que tem como consequência a ocupação dos bairros velhos das cidades, deixados livres pela população francesa, que procura desta forma, resolver o problema do alojamento. Em geral, esta situação dá origem a explorações feitas por senhorios que se aproveitam das dificuldades encontradas pelos emigrantes e que originam, por outro lado, frequentes expulsões por parte dos poderes públicos, como aconteceu recentemente em Paris a cerca de quinhentos trabalhadores.

A SAÚDE DOS EMIGRANTES

Sob o ponto de vista sanitário, o alojamento tem frequentemente como consequência as doenças. Nos adultos a tuberculose alastra, e são particularmente atingidos os trabalhadores da África Negra. Para a emigração familiar, é sobretudo sobre as crianças que a humidade e as más condições de habitat provoca doenças.

Por outro lado, a pediatria francesa tem encontrado na população portuguesa inúmeros casos «interessantes» sob o ponto de vista clínico, casos que uma acção médico-social consequente e válida teria evitado. Num hospital de crianças, dizia-nos um médico que faz uma consulta para crianças portuguesas, «encontro casos que já há 20 anos, só nos eram evocados na Faculdade».

Também neste aspecto, a emigração revela consequências da inexistência de uma política médico-social, sobretudo para a população camponesa, que, para tratar dos filhos, vê-se obrigada a expatriar-se.

Otitis mal curadas, sequelas de meningites, raquitismo, deformações em consequência de uma subalimentação crónica, palmarés de uma população esquecida por uma medicina preventiva que não passou pelas zonas rurais. É normal a chegada a França de crianças em idade escolar que nem sequer o BCG tiveram.

O «RECREIO» FEITO PELOS BANCOS!

As actividades recreativas do emigrante são praticamente inexistentes. À parte tímidos esforços culturais em certas zonas urbanas (iniciativas de grupos de jovens ou organizações democráticas), o emigrante está à mercê de algumas empresas bancárias, que à cata

de divisas no estrangeiro distribuem equipamentos de futebol publicitário, meio de manter a alienação. Certas festas, realizadas com grandes publicidades e entidades oficiais, preenchem o esforço de enquadramento de uma população que, no estrangeiro, é receptiva a tudo o que venha do país de origem. A exploração do mito da saúde resulta a 100 por cento!

Estas actividades, habitualmente financiadas pelas empresas bancárias e consulados, não visam qualquer tipo de promoção cultural ou humana, mas, ao contrário, uma promoção comercial de contas bancárias...

Aliás, seria surpreendente se assim não fosse. A nível consular, em especial nos grandes centros como Paris, Nogent-s/Marne, Versalhes, Bordéus, ou Leão, os consulados são o protótipo das repartições portuguesas, com a agravante que, dada a afluência, os emigrantes são obrigados a fazer «bicha» desde as 6 horas da manhã até às 4 e 5 horas da tarde.

ESCOLA EM PORTUGUÊS

Uma breve referência à escolaridade dos filhos dos emigrantes parece-nos necessária.

Com grande estrondo, falou-se na implantação em França de 200 escolas para aprender o português.

O que existe efectivamente? Pouco ou nada. Essa iniciativa foi fundamentalmente fruto da tentativa de hegemonia de um cônsul e operação de prestígio do Secretariado Nacional da Emigração, e que redundou num fracasso.

Algumas questões técnicas, a nível de primária essas aulas terão de ser dadas fora do programa, no secundário é o Ministério da Educação Nacional francês que se quer ocupar. A nível ministerial, um responsável da Academia de Paris, dizia-nos: «em França o ensino é laico. É uma prerrogativa que defendemos e todo o corpo docente é sensível a essa independência».

A escolha de professores pelo Consulado, outra fonte de contradições. Diversas candidaturas foram recusadas «sem motivo aparente». Algumas jovens professoras, enviadas de Portugal, tinham um total desconhecimento da realidade da emigração (uma quase não falava francês!). Por outro lado, dado que as aulas se limitam a 5 horas por semana, os consulados atribuíram a algumas professoras a função de «Assistentes Sociais» (caso de Massy-Antony). Medida de novo surpreendente, sabendo-se que existe em França um organismo do Secretariado Nacional da Emigração, com Assistentes Sociais profissionais e pessoal especializado formado pela Caixa dos Trabalhadores Emigrantes de Lisboa, pode-se perguntar que razões levam as Consulados a recorrer a não profissionais.

Registem-se ainda as incompatibilidades entre os três consulados da região parisiense, que recusam qualquer actividade em conjunto sobre este assunto.

Sem dúvida que este curto panorama de contradições é a consequência de uma atitude coerente dessa política cultural e desses consulados.

Por um lado seria surpreendente que houvesse uma política válida de escolaridade dos filhos dos portugueses em França, se a que existe em Portugal é deficiente. A atitude dos consulados é igualmente clara: apesar de no seu regulamento se dizer que «devem defender os cidadãos portugueses no estrangeiro», têm tido desde sempre a função de repartições públicas, burocráticas e fontes de receita para os cofres do Estado, dado o elevado custo do mais elementar carimbo, limitando-se a essa actividade.

OS ACORDOS BILATERAIS

Em Dezembro de 1963, os governos francês e português assinaram um acordo para acabar com a emigração clandestina. No ano seguinte, a emigração duplicou e desde aí não deixou de aumentar.

Em Julho de 1971, um novo acordo foi feito, que devia entrar em vigor, por um período experimental de um ano, a partir de Setembro de 1971 e visando a fornecer anualmente um contingente de 65 000 trabalhadores. O acordo não foi respeitado, e no Office National d'Immigration, oficiosamente são feitas críticas aos entraves criados pela administração em Portugal, contra as missões daquele organismo, encarregado de recrutar em Portugal os emigrantes.

É por esta razão que a chegada de portugueses continua a observar-se pelo mesmo caminho e as dificuldades que hoje existem de regularização devem-se às novas normas de emigração em França e não aos acordos bilaterais.

Sob o ponto de vista social, as vantagens para os emigrantes portugueses têm sido bem limitadas. Uma nova legislação deverá entrar em vigor no decorrer do segundo trimestre deste ano, mas nenhum esforço de informação dos trabalhadores é feito.

Os acordos de emigração não incluem, no entanto, os trabalhadores de Cabo Verde, que começam a emigrar para a França, após um certo tempo de estada em Portugal. Na generalidade, têm a família em África e esta não é abrangida pelas prestações familiares. Uma outra forma de discriminação.

No sistema actual das relações de forças entre países ditos desenvolvidos e subdesenvolvidos, os acordos de transacção de mão-de-obra são sempre feitos num contexto geral, em que se trocam trabalhadores por mercadorias. No caso francês, a venda de aviões de combate

«Mirage», helicópteros «Alouette», ou camiões blindados «Berliet», encontra em Portugal um cliente fiel e que oferece garantias, entre as quais o seu despovoamento ao serviço da economia francesa.

AS VÍTIMAS DE ACIDENTES DE TRABALHO

Nada está previsto com perspectivas ao retorno ao País. Nem o País se prepara para acolher esses trabalhadores, nem no estrangeiro têm acesso a uma formação profissional.

Com efeito, a percentagem de trabalhadores estrangeiros que frequentam os cursos da Formação Profissional dos Adultos é limitadíssima. Além do número limitado de centros, as razões mais diversas são evocadas para recusar os estrangeiros: nível insuficiente de francês, analfabetismo, número máximo de estrangeiros — 2 por sessão...

Ligado a este problema de formação profissional, não pode deixar de ser evocada a questão dos acidentes de trabalho. Ocupando os pontos mais perigosos, frequentemente ignorando quaisquer medidas de segurança, os emigrantes expõem-se muito mais aos acidentes de trabalho, originando situações de invalidez total ou parcial.

Impossibilitados de recomeçar o mesmo trabalho, não previsto nos cursos ditos de «reclassificação profissional», o emigrante fica na situação de inválido, quer para trabalhar em França, quer para trabalhar no país de origem.

Com uma pensão por vezes inferior ao que seria justo, o emigrante repatria-se sem que nada seja previsto no plano social para o readaptar no país de origem.

De novo esta situação se apresenta como consequência das estruturas onde o homem é apenas considerado como elemento produtor a 100 por cento. Os esforços sociais a favor das vítimas de acidentes são frequentemente analisados como «investimentos não rendosos».

A FORMAÇÃO SINDICAL

Um dos aspectos positivos da emigração, é a possibilidade de tomada de consciência do trabalhador emigrado, como militante sindical.

Se até Maio de 1968, a acção sindical junto da mão-de-obra estrangeira tinha um carácter limitado, a partir daquela data, em consequência por um lado da acção dos movimentos de extrema-esquerda e por outro dada a combatividade de inúmeros emigrantes durante o movimento de Maio-Junho, os sindicatos passaram a ocupar-se seriamente com a mobilização dos trabalhadores estrangeiros.

Desde então, alguns permanentes emigrados ocuparam lugares de responsabilidade no sindicato, e a formação sindical destes trabalha-

dores tornou-se uma constante da acção a favor dos trabalhadores emigrados.

A acção reivindicativa das duas maiores centrais sindicais francesas, C. G. T.-C. F. D. T., na «semana de acção» sobre a emigração em Fevereiro de 1972, foi um princípio na actual tomada de consciência sobre os problemas da mão-de-obra estrangeira.

Uma maior difusão de informação na língua de origem do emigrante, estudos mais frequentes sobre o lugar do trabalhador emigrado no processo reivindicativo; tudo isto são elementos que nos permitem de entrever um resultado positivo na mobilização das camadas emigradas a nível sindical.

É certo, que na construção civil e trabalhos públicos, onde a maioria dos emigrantes trabalham, os sindicatos estão pouco implantados.

É aí que vemos desenvolver-se os sindicatos patronais como o S. A. C. (Sindicato Autónomo da Construção, da Empresa Bouygues), cuja adesão é feita mesmo sem que a opinião do trabalhador seja pedida, baseada simplesmente num meio de pressão patronal.

Foi o que aconteceu com um operário português que, aderente ao sindicato patronal C. F. T. da Citroën, participou num comando armado que atacou um grupo de 100 trabalhadores jugoslavos que festejavam o 14 de Julho de 1972.

A parte as diversas estratégias sindicais ou a situação da luta sindical nos países capitalistas avançados, quer-nos parecer que a adesão e participação dos emigrantes na luta sindical é um factor de mobilização que se concretizará e terá a função de vanguarda, no caso de retorno ao país de origem.

A EMIGRAÇÃO NO CONGRESSO

Indiscutivelmente, a emigração é hoje «um dos nossos maiores problemas». A sua análise leva-nos a abordar todos os aspectos da situação nacional. As suas causas abrangem toda a realidade portuguesa. A sua resolução está na base da transformação das estruturas nacionais.

Seria utópico propor uma solução no quadro actual do sistema. Sem que o emigrante possa ser informado do papel que lhe é atribuído, sem que o cidadão esteja ao corrente das causas deste êxodo, sem que as origens do fenómeno sejam transformadas, a emigração continuará a ser a válvula de escape para o descontentamento provocado pelas condições de vida existentes em Portugal.

Atitude individual, solução provisória e illusória, a emigração deve ser combatida, através de uma acção de explicação e informação no interior do País.

É em Portugal que se joga a sorte do povo português. É em Portugal que o progresso das condições de trabalho e de vida deve ser conquistado pelas massas trabalhadoras.

Se nas conclusões deste Congresso, houver uma análise do problema, parece-nos necessário definir as causas profundas deste êxodo, as suas consequências e os meios de criar as condições para que deixe de se desenvolver isto é, a profunda transformação das actuais estruturas políticas que contribuíram para o desenvolvimento da partida para o estrangeiro e que são os efectivos beneficiários desta transplantação de homens.

Se na análise das causas e das consequências da emigração existe uma unidade, nos meios de a combater, os pontos de vista são divergentes.

No entanto, parece-nos que a par da luta pela democracia travada no interior do país, um sério esforço deve ser feito no exterior para mobilizar essa massa emigrada.

A existência de cerca de um milhão de emigrantes portugueses em França é um número de tal forma elevado que demonstra haver lugar para todos. Em vez dos diversos grupos se gladiarem na cata dos «emigrantes do outro grupo», seria sobretudo necessário que cada um se empenhasse, dentro dos seus métodos e princípios, a combater a actual campanha demagógica do Governo, para tentar enquadrar a emigração, que começa a escapar-lhe: escolas, emissões de rádio (emissora nacional e O. R. T. F. através de Jorge Reis), jornais, serviços sociais, missões católicas...

Durante anos, a emigração de «vanguarda» considerava-se como um D. Sebastião, pronto a desembarcar no dia seguinte. Os falhanços repetidos de efémeras e utópicas vanguardas, levaram o delírio de alguns «leaders» a adaptar-se e a refrear o seu sebastianismo. Actualmente, parece ser mais claro para os diversos sectores da emigração política, que lhes compete realizar um trabalho de consciencialização no seio da massa emigrada, em vez dos incertos e imprecisos programas feitos a 2000 quilómetros de distância.

A emigração tem condições para ser uma retaguarda activa e eficiente, no processo de luta existente em Portugal. Para isso parece-nos necessário que do interior, sem estarem à espera de um D. Sebastião, as forças políticas existentes se definam em relação à emigração e analisem em que moldes o trabalho a realizar no estrangeiro deve ir ao encontro da luta que travam pela democracia.

Se a emigração é um dos «nossos maiores problemas», o combate passa pela mobilização dos que já foram obrigados a expatriar-se e que poderão contribuir no futuro como elementos de transformação das estruturas opressivas e retrógradas que dominam a actualidade nacional.